



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Simulado Especial

TRF 6

**Cargo 24: Técnico Judiciário - Área
Administrativa - Sem Especialidade
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial TRF-6 (Técnico Judiciário - Área Administrativa)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa do TRF-6**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/bP4Udcja1iMModPP6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/ae7>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Texto I

No início dos anos 80, a humanidade teve que se adequar às novas posturas em nome de um mercado globalizado. Agora, acomoda-se aos critérios do mundo digitalizado para não se excluir da dança orquestrada pelos artífices da vida virtual. São regras e comportamentos assentados sem plebiscitos ou referendos. [...]

Deste modo, as pessoas adentram no universo da informática, em cujo seguimento, de forma instigadora, vende-se a ideia de facilitação, de encurtamento de distâncias, e de inclusão social [...]. No caminho desses trilhos virtuais se estabelecem dependências, e as pessoas, apesar dos inúmeros amigos em suas redes sociais, estão sozinhas ao final de cada acesso e bate-papos. Essas certificam pesarosas, enfim, que as telas de computadores ou de celulares não lhes proporcionam aquilo que apenas outro humano poderia ceder-lhes, a exemplo do calor e afeição.

No modus vivendi da pressa e do estresse, enquanto marco da nova era, abre-se o leque para temáticas que vão desde os meandros da informática até a implantação de chips em humanos, sem embargo das nuvens que condicionam informações digitais.

O diálogo, agora, se esvazia na perspectiva de humanos. Há um monólogo estabelecido com robôs ou inteligências artificiais, que vicejam superar homens, antes de servi-los, apesar da evidente colisão com o princípio da automação que recomenda que a máquina jamais supere humanos. Consta-se, todavia, que o contrário dessa premissa vai se assentando, na medida em que pais de família, superados por computadores, estão expostos na vala do desemprego. Nesse sentido, atesta-se a estruturação de uma sociedade de excluídos numa época que tanto se propugna por ações inclusivas. [...]

Em relação às ideias veiculadas no texto I, julgue os itens que se seguem.

- 01.** Pelos objetivos do texto, percebe-se que o autor desenvolve sua argumentação por meio da refutação de opiniões alheias.
- 02.** Infere-se das informações do texto que o mercado globalizado causou uma mudança na postura das pessoas nos anos 80.
- 03.** O autor do texto considera as regras do mundo digital autoritárias.
- 04.** De acordo com o texto, as tecnologias de informática promovem a noção de simplificação e redução de barreiras.
- 05.** Segundo o texto, as únicas coisas que as máquinas não podem dar aos humanos são calor e afeição.
- 06.** Conclui-se do texto que, quanto maior o número de amigos nas redes sociais, maior a chance de as pessoas se sentirem sozinhas.
- 07.** De acordo com o texto, as máquinas nunca vão superar os humanos.

Julgue os itens a seguir, relativos à estruturação linguística do texto I.

- 08.** No último parágrafo, no trecho “O diálogo, agora, se esvazia”, a próclise do pronome “se” justifica-se pela presença do vocábulo “agora”.

- 09.** O vocábulo “se”, no trecho do primeiro parágrafo “acomoda-se aos critérios”, é classificado como pronome indeterminador, isto é, serve para indeterminar o sujeito gramatical da forma verbal “acomoda”.
- 10.** No trecho “o contrário dessa premissa vai se assentando, na medida em que pais de família, superados por computadores, estão expostos” (último parágrafo), a expressão “na medida em que” poderia ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos originais do texto, por “uma vez que”.
- 11.** Seriam preservados a correção gramatical e os sentidos do trecho do último parágrafo “época que tanto se propugna por ações inclusivas”, caso fosse substituída a forma verbal “propugna” por “luta”.
- 12.** No trecho “em cujo seguimento” (segundo parágrafo), o vocábulo “cujo” se refere a “pessoas”.
- 13.** A correção gramatical do trecho do segundo parágrafo — “No caminho desses trilhos virtuais se estabelecem dependências, e as pessoas, apesar dos inúmeros amigos em suas redes sociais, estão sozinhas” — seria mantida caso fosse eliminada a vírgula após “dependências”.
- 14.** No trecho do primeiro parágrafo, “dança orquestrada pelos artífices da vida virtual” a preposição “por”, em “pelos artífices” expressa circunstância de causa.
- 15.** No trecho do primeiro parágrafo “a humanidade teve que se adequar às novas posturas” é facultativo o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às”.
- 16.** Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência do texto caso o segmento “estão expostos na vala do desemprego” (último parágrafo) fosse reescrito da seguinte forma: estão expostos à vala do desemprego.
- 17.** No trecho “Constata-se, todavia, que o contrário dessa premissa vai se assentando” (último parágrafo), o vocábulo “que” introduz uma oração que exerce a função de sujeito da oração anterior.
- 18.** No trecho do último parágrafo “colisão com o princípio da automação que recomenda...”, o pronome relativo “que” poderia ser substituído por “a qual”, sem prejuízo da correção e dos sentidos do texto.
- 19.** Os sentidos e a correção gramatical do trecho do último parágrafo “O diálogo, agora, se esvazia na perspectiva de humano” seriam preservados caso se deslocasse o vocábulo “agora” para o início do período, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas e de pontuação.
- 20.** Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos textuais, a forma verbal “vicejam”, no trecho “Há um monólogo estabelecido com robôs ou inteligências artificiais, que vicejam superar homens” (último parágrafo) poderia ser flexionada no singular, em concordância com o termo “monólogo”.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

COM BASE NA ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

21. Em uma palestra sobre ética e legislação no serviço público, o professor destacou que, enquanto a lei estabelece normas obrigatórias de conduta, a ética envolve princípios que, muitas vezes, vão além das obrigações legais. Ele explicou que é possível agir de forma legal, mas antiética, dependendo do contexto e das expectativas sociais.

Com base nessa afirmação, julgue o item:

No serviço público, a ética e a lei são conceitos que se sobrepõem completamente, de modo que todo comportamento ético é necessariamente legal, e todo comportamento legal é necessariamente ético.

22. No serviço público, a moralidade é um princípio constitucional que orienta o comportamento dos servidores públicos, exigindo que suas ações estejam sempre em conformidade com a ética, a probidade e a justiça. Esse princípio não é apenas uma expectativa, mas um dever que garante a confiança da sociedade no Estado e em seus agentes.

Com base nisso, julgue o item:

A moralidade administrativa é um valor essencial que impõe aos servidores públicos a conduta ética e proba, sendo indispensável para a construção de um Estado confiável e eficiente.

23. Durante um seminário sobre ética na gestão pública, foi discutido que, para que o setor público seja visto como ético, é essencial que todos os servidores adotem uma conduta íntegra, e que a eficiência por si só não é suficiente para definir a ética institucional. Mesmo que apenas alguns

servidores atuem de maneira antiética, isso pode prejudicar a imagem do órgão e comprometer a confiança pública.

Julgue o item:

Para que o setor público seja considerado ético, basta que uma parte dos servidores aja com ética, desde que o órgão alcance eficiência em suas atividades.

24. Durante uma auditoria interna, foi observado que um servidor público frequentemente desconsiderava ordens legais de seus superiores, alegando falta de tempo para verificar os detalhes e a aplicação prática dessas instruções. Em sua defesa, ele argumentou que a repetição de pequenos erros é algo comum no serviço público e não prejudica o desempenho geral de suas funções.

Com base no trecho apresentado, julgue o item:

A desatenção repetida do servidor em relação a ordens legais e o acúmulo de erros caracterizam imprudência no desempenho de sua função pública, podendo ser considerada uma conduta negligente.

25. Durante uma análise sobre a conduta ética no serviço público, o supervisor de um setor destacou que existem diversas condutas vedadas aos servidores, uma vez que podem comprometer a integridade do serviço prestado e afetar diretamente a confiança pública. Ele reforçou que o servidor deve evitar qualquer comportamento que prejudique outros servidores, cause danos aos cidadãos ou use o cargo para obter vantagens pessoais.

Com base nas proibições apresentadas, julgue o item:

É vedado ao servidor público usar o cargo para obter favorecimentos pessoais, prejudicar deliberadamente outros servidores ou cidadãos, ser conivente com erros de colegas e dificultar o exercício regular de direito de qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

Jorge é servidor público federal e ocupa cargo público efetivo. Ocorre que ele está sendo acusado de cometer ato de improbidade que atenta contra os princípios e crime contra a administração pública. Por essa razão, o Ministério Público instaurou inquérito para apurar os fatos e pretende ingressar com ação de improbidade e ação penal pelos mesmos fatos. Simultaneamente, a administração pública instaurou processo administrativo disciplinar, sendo que os autos já estão com a autoridade julgadora, com proposta de aplicação da pena de demissão.

Com base nessa situação hipotética e nos termos do disposto na Lei nº 8.112/1990, da Lei nº 8.429/1992 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

26. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

27. O ex-servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por ter cometido ato de improbidade administrativa ficará incompatibilizado para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.

28. Em razão do ato de improbidade, nos casos em que a inobservância de formalidades legais ou regulamentares não implicar perda patrimonial efetiva, não ocorrerá imposição de ressarcimento.

29. Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração dependem do reconhecimento da produção de danos ao erário e

do efetivo enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

30. A nomeação de parentes por parte dos detentores de mandatos eletivos configura ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios, desde que haja dolo com finalidade ilícita por parte do agente responsável.

RACIOCÍNIO ANALÍTICO

Carlos Henrique

No último ano, um número recorde de novos empregos foi criado. Este ano trará um novo recorde? Bem, um novo emprego é criado em empresas já existentes ou pelo surgimento de novas empresas.

Dentre as empresas existentes, a taxa de novos empregos criados tem sido bem menor este ano do que no ano passado. Ao mesmo tempo, há evidência considerável de que o número de novas empresas abertas este ano não será maior do que no ano passado, e certamente **as empresas abertas neste ano não vão criar mais empregos por empresa do que aquelas abertas no ano passado**. Claramente, pode ser imaginado que **o número de novos empregos criados este ano será menor do que o recorde do ano passado**.

Com relação ao argumento acima e as duas partes em negrito, julgue os itens seguintes:

31. A primeira parte em negrito é uma premissa que, se verdadeira, forneceria suporte para a conclusão principal do argumento

32. A segunda parte em negrito é a conclusão

A respeito de argumentos (indutivo, dedutivo e abdução) julgue os itens seguintes:

33. Adotando-se o processo de inferência do tipo indutivo, usado em ciências experimentais, parte-se do particular para o geral, ou seja, a partir da observação de casos particulares, chega-se a uma conclusão que os transcende.

34. A afirmação O ouro conduz eletricidade porque é um metal constitui exemplo de argumento

Dedutivo válido.

35. O texto que se segue, produzido por um detetive durante uma investigação criminal, ilustra um raciocínio por indução. Ontem um jovem youtuber foi assassinado em sua casa. No momento do crime, havia um churrasco na casa da vítima e nela estavam presentes umas cem pessoas.

Dessas cem, sabe-se que cinco tinham algum tipo de problema com youtuber assassinado.

Assim, é plausível supor que o assassino esteja entre essas cinco pessoas.

36. No diálogo seguinte, a resposta de Joana é embasada em um raciocínio por abdução.

Paulo: Vamos jantar no restaurante Xique?

Joana: Melhor não. A comida desse restaurante não é muito boa. Li em um site de reclamações muitas pessoas dizendo que, após comerem nesse restaurante, passaram muito mal e tiveram de ir ao hospital. Além disso, conheço cinco amigos que comeram lá e foram parar no hospital.

Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para

ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou

que já passou.

A partir do texto, julgue os itens seguintes:

37. Deduz-se que os adultos que contrariaram a ideia de felicidade manifestada pelo autor quando criança tiveram, eles próprios, uma vida adulta marcada por decepções e renúncias aos projetos forjados na infância.

38. É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Géssica Ehle

39. Tendo como referência o Estatuto da Pessoa com Deficiência, julgue o item que se segue.

Uma pessoa com Deficiência poderá receber extratos e cobranças de tributos de forma acessível, ainda que não solicite.

40. Julgue o item subsequente, à luz do disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Uma pessoa com deficiência oculta poderá gozar dos seus direitos, ainda que ela não esteja utilizando o símbolo nacional criado para a identificação de pessoas com esse tipo de deficiência.

41. A Declaração Universal dos Direitos Humanos consagra expressamente que toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro e fora das fronteiras de cada Estado.

42. De acordo com os principais marcos históricos da afirmação dos Direitos Humanos, aquele que é reconhecido como principal instrumento da nova fase de internacionalização de tais direitos é a Magna Carta de 1215.

43. Sobre as dimensões de direitos humanos, aquela que previu a afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais, como o direito à saúde e à educação, foi chamada de segunda dimensão e foi marcada pelo lema da solidariedade.

44. Os direitos humanos são imprescritíveis, não prescrevem com o decurso do tempo, sendo exigida sua tutela mesmo anos após a ocorrência da violação.

45. A aprovação pelo Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo, marca a vinculação do Estado brasileiro.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO DO TRF-6, ANALISE AS QUESTÕES A SEGUIR:

46. Os membros do Conselho de Administração do TRF6 são exclusivamente eleitos pelo Plenário, incluindo o Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral, Coordenador Geral de Projetos e os integrantes mais antigos do Tribunal.

47. A 2ª Seção é especializada em matéria de previdência social e benefícios assistenciais, matéria penal, de improbidade administrativa, de servidores públicos e concursos públicos, competindo-lhe o processo e julgamento dos feitos relativos à matéria penal em geral.

48. Quando a Corregedoria Regional do TRF6 delega a um Juiz Federal a realização de inspeções ou correições, a decisão final sobre os resultados dessas atividades passa a ser do Juiz designado.

49. Nas sessões presenciais do TRF6, a Presidência se posiciona no centro da mesa de julgamento, com o Procurador Regional da República à sua direita, enquanto os demais integrantes ocupam os lugares laterais de acordo com a ordem de antiguidade, alternadamente, a começar pela direita da Presidência.

50. Durante um julgamento no TRF6, uma advogada que adotou recentemente solicita preferência para a sustentação oral, mas é informada que apenas advogadas que deram à luz têm esse direito prioritário, não sendo estendido a adotantes.

Julgue o item:

Advogadas que adotaram há menos de 180 dias não possuem preferência para sustentação oral no TRF6, sendo esse direito exclusivo para as que deram à luz recentemente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

51. Motivo e motivação são sinônimos no contexto dos atos administrativos, sendo ambos relacionados à justificativa de fato e de direito para a prática do ato.

52. Nos atos administrativos vinculados, a Administração Pública possui margem de escolha sobre a conveniência e a oportunidade para a prática do ato, ao passo que, nos atos discricionários, todos os elementos do ato são previamente determinados por lei.

53. O poder hierárquico permite à Administração Pública fiscalizar os atos de seus subordinados, aplicar sanções disciplinares, além de delegar e avocar competências, desde que respeitados os limites legais.

54. A desconcentração administrativa é caracterizada pela criação de órgãos subordinados dentro da mesma pessoa jurídica, implicando uma relação hierárquica entre eles, enquanto a descentralização, ao envolver a transferência de

atribuições para outras entidades com personalidade jurídica própria, elimina qualquer forma de controle ou supervisão por parte da Administração Direta.

55. O controle interno e o controle externo da Administração Pública possuem o mesmo escopo, sendo ambos limitados à verificação da legalidade dos atos administrativos, sem incluir a avaliação de aspectos de mérito, como a conveniência e a oportunidade.

56. Os agentes honoríficos exercem funções públicas de forma transitória e sem remuneração, enquanto os agentes credenciados representam a Administração Pública em missões específicas, recebendo remuneração por seus serviços.

57. Julgue o item a seguir quanto à legalidade da conduta adotada pela Administração Pública.

João, servidor público federal, foi promovido com base em um ato administrativo emitido pela Administração Pública. Dois anos depois, a Administração constatou que o ato foi emitido com informações incorretas e decidiu revogar o ato de promoção para corrigir a situação, considerando que o ato era ilegal desde sua origem.

58. Durante uma perseguição policial, um veículo oficial colidiu com o carro de João, que estava estacionado em via pública. Como a conduta do policial foi legítima e não houve culpa do agente, o Estado não tem a obrigação de indenizar João pelos danos ao seu veículo, já que não houve imprudência ou negligência por parte do servidor público.

59. A Administração Pública pode classificar uma informação quanto ao seu grau e prazo de sigilo como ultrassecreta, secreta ou reservada. O prazo máximo de sigilo para uma informação ultrassecreta é de 25 anos.

Considere o caso hipotético a seguir para responder os itens 60 até 62.

A Prefeitura de uma cidade decidiu realizar uma licitação na modalidade concorrência para contratar uma empresa de engenharia que ficará responsável pela construção de uma nova ponte. Durante o processo licitatório, três empresas compareceram ao certame.

60. A Prefeitura deverá verificar se as empresas cumprem os requisitos de habilitação antes de verificar as propostas.

61. A Prefeitura poderia ter adotado o critério de técnica e preço para julgamento das propostas; todavia, a ponderação de técnica estaria limitada a no máximo 70% dos pontos atribuídos.

62. A Administração Pública poderia ter adotado o pregão como modalidade de licitação para contratação da empresa de engenharia.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

63. “A República Federativa do Brasil é uma autoridade que não pode ser limitada por nenhum outro poder, salvo, naturalmente, as restrições que decorrem dos imperativos de convivência pacífica dos Estados soberanos no plano do direito internacional.” O referido conceito reflete o

pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

64. Tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos.

65. O direito de petição é um remédio constitucional de natureza administrativa, independe do pagamento de taxas e deve ser exercido para defesa de direitos ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.

66. A empresa Alfa conta atualmente com 350 funcionários, dessa forma, a CF assegura aos trabalhadores dessa empresa o direito de eleger um representante com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com o empregador.

67. Aos portugueses com residência permanente no País há mais de 15 anos, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

68. Aos analfabetos é facultativo o alistamento eleitoral, mas uma vez realizado o alistamento o voto passa a ser obrigatório.

69. Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será revogada no que lhe for contrário.

- 70.** É delegável a competência do Presidente para prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;
- 71.** A eleição de membros do Conselho da República compete, exclusivamente, à Câmara dos Deputados.
- 72.** Para a promoção de juiz federal, pelo critério de merecimento, para o respectivo tribunal regional federal, é constitucional a vinculação da escolha presidencial ao nome que figure em lista tríplice por três vezes consecutivas ou cinco alternadas.
- 73.** A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- 74.** Um dos princípios da Seguridade Social é a diversidade da base de financiamento, ou seja, vários são os agentes responsáveis pelo custeio da seguridade social.
- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS**
-
- Ricardo Campanário*
- 75.** A aquisição de material além da quantidade necessária representa imobilizações em estoque ocioso.
- 76.** O estoque virtual de uma matéria-prima consiste na soma do seu estoque mínimo com as suas encomendas.
- 77.** Para controlar o estoque de materiais, o ponto ou nível de ressuprimento de matéria-prima deve estar situado entre os estoques máximo e mínimo.
- 78.** À fase de recebimento competem quatro etapas: entrada de materiais; conferência quantitativa; conferência qualitativa; e regularização.
- 79.** Quando da guarda de itens em prateleiras, os mais leves devem permanecer nas prateleiras superiores.
- 80.** A requisição para retirada de materiais do almoxarifado deverá ser entregue ao encarregado desse setor com a assinatura do requisitante, que, por sua vez, deve ocupar cargo que preveja a possibilidade de retirada de materiais mediante requisição formal.
- 81.** A avaliação dos fornecedores é responsabilidade exclusiva dos órgãos de compras.
- 82.** A centralização de compras é recomendável para a aquisição de todos os produtos e serviços das empresas nacionais com atividade em diversas regiões do país.
- 83.** A função compras apresenta papel significativo no desenvolvimento do mercado fornecedor.
- 84.** O procedimento por meio do qual é providenciado o retorno do óleo lubrificante usado aos centros produtivos para tratamento e neutralização do impacto ambiental é característico da chamada logística reversa ou logística verde.

- 85.** No que se refere à conferência no recebimento de materiais e armazenagem, julgue o item seguinte. Situação hipotética: Depois de determinada empresa manter estoque médio de todos os itens de matérias-primas por 12 meses, ela decidiu reduzir esse tempo para 6 meses. Assertiva: Em relação à curva ABC, exatamente aqueles que permitem a maior redução possível nos valores financeiros dos estoques são os itens do grupo C.
- 86.** Com base nos conceitos e nas aplicações sobre a administração de recursos materiais, julgue o item. Os sistemas apoiados pelos conceitos do just in time têm como meta o estoque "zero". Neles é comum verificar o uso do MRP.
- 87.** O MRP é um sistema que estabelece procedimentos, regras e critérios de modo a atender as necessidades de produção numa sequência de tempo logicamente determinada pra cada item componente do produto final. O sistema é capaz de planejar diferentes necessidades de materiais a cada alteração sofrida pelo programa de produção, pelos registros de inventários ou mesmo pela composição de produtos acabados.
- 88.** No almoxarifado da Pref. Mun. Fortaleza, a demanda média semanal de toners para impressoras é de 500 unidades, e o tempo médio para ressuprimento deste item é de três semanas. Sabendo-se que o seu ponto de reposição ocorre quando o nível de estoque atinge 4.000 unidades, o Estoque de Segurança de toners é de 2.500 unidades.
- 89.** Acerca da gestão de estoques e compras e dos procedimentos de compras no setor público, julgue o item que se segue. A realização de uma compra sob o critério de menor preço pode restringir a negociação com fornecedores quanto ao prazo de entrega, à forma de pagamento e outras condições envolvidas na negociação.

ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Rennó

- 90.** A abordagem clássica da administração se foca nas estruturas organizacionais e na eficiência operacional, com foco principal no ambiente externo da organização.
- 91.** A burocracia, segundo Weber, caracteriza-se pela impessoalidade, formalidade e profissionalismo, visando à previsibilidade e ao controle das ações organizacionais.
- 92.** O ciclo PDCA é composto pelas etapas: Planejar (Plan), Desenvolver (Do), Checar (Check) e Agir (Act), sendo a etapa de planejamento considerada a menos importante do ciclo.
- 93.** Na função administrativa de direção, o gestor não precisa se preocupar com aspectos motivacionais dos funcionários, focando apenas em dar ordens e comandos.
- 94.** O modelo de Gestão por Processos considera a organização como um conjunto de processos interligados, onde cada processo deve agregar valor ao cliente final.
- 95.** A cultura organizacional é formada apenas pelos valores escritos e divulgados formalmente pela empresa em seus documentos oficiais.
- 96.** Na gestão da qualidade total, o conceito de "cliente interno" refere-se apenas aos funcionários que têm contato direto com os clientes externos.
- 97.** A Reforma Administrativa de 1995 no Brasil introduziu elementos da administração gerencial, buscando maior eficiência e foco em resultados.

98. O mapeamento de processos deve ser realizado uma única vez e permanecer inalterado para garantir a padronização dos procedimentos.

99. Na gestão de pessoas, o equilíbrio organizacional está relacionado à capacidade da organização de oferecer incentivos que garantam a continuidade da participação dos funcionários.

100. Joseph Juran, um dos principais teóricos da qualidade, estabeleceu a trilogia da qualidade: planejamento, controle e melhoria.

101. A evolução da administração pública no Brasil após 1930 iniciou-se com o modelo patrimonialista, seguido pelo burocrático e depois pelo gerencial.

102. O controle, como função administrativa, deve ser realizado apenas ao final do processo para verificar os resultados obtidos.

103. O mapeamento de processos permite identificar gargalos e oportunidades de melhoria nas atividades organizacionais.

104. Douglas McGregor formulou as Teorias X e Y, que tratam de diferentes pressupostos sobre o comportamento dos funcionários nas organizações.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Leandro Ravyelle

Acerca das regras orçamentárias vigentes e doutrina acerca de Direito Financeiro e Programação Financeira, julgue os itens a seguir.

105. A programação orçamentária e financeira visa assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas ao longo do exercício financeiro e proporcionar o cumprimento da meta de resultado primário.

106. Revertem à dotação a importância da despesa anulada no exercício, e os correspondentes recursos financeiros à conta do Tesouro Nacional, caso em que a unidade gestora poderá pleitear a recomposição de seu limite de saques; quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício, considerar-se-á anulação de dotação orçamentária do ano em que se efetivar.

107. A limitação de empenho também será promovida pelo ente que ultrapassar o limite para a dívida consolidada, para que obtenha o resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite

108. O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo federal e pelos órgãos dos demais Poderes será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias.

Acerca do que dispõe o ordenamento jurídico atinente ao Tesouro Gerencial, julgue os itens a seguir.

109. O Tesouro Gerencial é um sistema de consulta à execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal no âmbito do orçamento fiscal e seguridade social, que usa um banco de dados do sistema (DW — Data Warehouse) armazena os dados que serão utilizados pelo sistema, num formato otimizado para o processamento analítico.

110. O acesso ao Sistema Tesouro Gerencial (TG) é por meio da mesma senha do SIOP, utilizado pelos órgãos e entidades pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Acerca do Orçamento Público no Brasil e suas regras orçamentárias, julgue os itens subsecutivos.

111. A Lei nº 4.320/64 estabelece que o orçamento público deve seguir o princípio da anualidade, de modo que todas as receitas e despesas aprovadas devem ser executadas dentro de um único exercício financeiro, que obrigatoriamente coincide com o ano civil.

112. O orçamento de desempenho é uma técnica que relaciona os recursos alocados a objetivos e metas específicos de programas governamentais, permitindo maior controle sobre o uso dos recursos e a eficiência dos resultados alcançados.

113. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a Constituição Federal, é responsável pela definição das metas fiscais para o exercício financeiro seguinte e deve incluir as projeções de receita corrente líquida para os três exercícios subsequentes, promovendo previsibilidade de médio prazo.

114. O Plano Plurianual (PPA) deve conter todos os projetos de investimento para um período de quatro anos, sendo obrigatória sua atualização anual para alinhamento com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

115. O princípio da transparência fiscal é central na LRF, que exige que o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) seja publicado quadrimestralmente por todos os Poderes, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária pelos cidadãos.

116. A descentralização financeira entre órgãos da mesma esfera governamental não requer autorização legislativa específica, uma vez que esses repasses são considerados parte da execução do orçamento aprovado.

117. As restos a pagar referem-se a despesas empenhadas, liquidadas ou não, que não foram pagas até o final do exercício, e sua inscrição é obrigatória, independentemente da disponibilidade financeira no encerramento do exercício.

118. O termo de execução descentralizada é utilizado para transferir recursos entre órgãos públicos com o objetivo de executar ações orçamentárias específicas, sendo permitido apenas entre órgãos de uma mesma esfera de governo.

119. O crédito adicional especial, previsto na Lei nº 4.320/64, é aquele destinado ao reforço de dotação orçamentária já existente, e sua abertura requer autorização legislativa.

120. A classificação funcional é organizada em funções e subfunções, e seu objetivo é possibilitar a análise da alocação de recursos de acordo com as áreas de atuação governamental, como saúde e educação.

Discursiva

O problema do modelo econômico tradicional é o fato de não considerar o meio ambiente, baseando-se apenas em ganhos com a produtividade e ignorando que nenhuma atividade econômica será viável se a natureza fornecedora dos recursos materiais e energéticos estiver comprometida. Contudo, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo, tendo de estar relacionado sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e da própria vida, afinal a vida é o maior de todos os valores.

De fato, a única porta de saída para a crise ambiental é a economia, que deve ser rediscutida e redesenhada no intuito de levar em consideração o meio ambiente e suas complexas relações. A despeito de uma ou outra análise pontual, o fato é que por muito tempo a economia ignorou a ecologia, como se esta não fosse o pano de fundo daquela. Um bom exemplo disso é o Produto Interno Bruto (PIB), que, além de ignorar a dimensão ambiental, pode considerar a degradação como algo positivo.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o desenvolvimento sustentável ao afirmar no artigo 225 que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações". O mesmo ocorre com a Lei 6.938/81, que dispõe no inciso I do artigo 4º que a Política Nacional do Meio Ambiente visará à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. O meio ambiente é tão importante que foi transformado pelo inciso VI do artigo 170 da Constituição Federal em um princípio da ordem econômica, passando a se compatibilizar com ele os princípios da livre-iniciativa e da livre concorrência.

É um reconhecimento de que não se pode tratar a problemática econômica sem lidar com a questão ambiental, pois, se o Estado tem a obrigação de promover o desenvolvimento, esse desenvolvimento tem a obrigação de ser ecologicamente correto.

Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/08/25/desenvolvimento-economico-x-crise-ambiental-a-superacao-da-dicotomia-entrevista-com-sergio-besserman-vianna/>. Acesso em 14 de julho de 2021.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

AGENDA PARA A HUMANIDADE: O IMPERATIVO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- a) o caráter global da questão ambiental e importância do multilateralismo;
- b) a amplitude do conceito de desenvolvimento sustentável;
- c) o futuro das sociedades e do planeta como consequência das decisões e das atitudes do presente.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
